Avaliação da Relação entre Identidade, Trabalho e Emprego num Curso Destinado à Formação de Administradores Públicos

Cláudia Beatriz Machado Monteiro de Lima Nicácio
Iris Barbosa Goulart

Resumo

Imerso em um contexto repleto de mudanças políticas, econômicas, sociais e, sobretudo, tecnológicas, o mundo do trabalho se depara com questões graves, como o enfraquecimento do emprego formal, reduções salariais, precarização e informalização do trabalho. Este artigo sintetiza um estudo que teve como objetivo avaliar a articulação entre identidade, trabalho e emprego, tomando como sujeitos os alunos de um curso que vincula formação profissional à garantia de emprego. Foi realizada uma pesquisa qualitativa - estudo de caso, com a realização de entrevistas semi-estruturadas. Os dados coletados foram interpretados mediante a análise de conteúdo, que permitiu inferir a avaliação do universo de significações dos entrevistados. O referencial teórico baseou-se na tese do materialismo dialético, que defende a centralidade do trabalho na vida humana.

Palavras-chave: Identidade – Trabalho – Emprego – Educação – Psicologia - Administração pública.

Cláudia Beatriz Machado Monteiro de Lima Nicácio
Mestre em Psicologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Iris Barbosa Goulart
Dra. em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.
Profª. da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Introdução

A globalização da economia, a transnacionalização das estruturas de poder e a reestruturação produtiva muito influenciaram o mundo do trabalho. Diante dos desafios impostos pela economia mundializada, o terceiro milênio iniciou-se colocando o trabalho como categoria central de suas preocupações, já que a competitividade, agora estabelecida sem fronteiras, requer produtividade com qualidade. As empresas de todo o mundo tiveram de se adequar aos novos critérios, por uma questão de sobrevivência, em face do novo contexto econômico e social.

Considerando o ambiente econômico social e as transformações do mundo laboral, vivemos um momento de profunda insegurança do ponto de vista do trabalho. Essa insegurança diz respeito à possibilidade de emprego, ocupação, renda e condições de inserção na sociedade. Em outras palavras, neste quadro de incertezas, tornam-se cada vez mais evidentes em nossa sociedade a instabilidade e a insegurança frente à inserção no mundo laboral.

Os mesmos imperativos que têm levado as organizações privadas a promoverem mudanças também têm influenciado as mudanças nas organizações públicas.

Os processos de globalização; a Terceira Revolução Industrial; uma sociedade que se fragmenta, que não tem mais o emprego como o seu eixo principal de sociabilidade; que tem que criar novas formas de sociabilidade, independentes do emprego; uma sociedade que não mais acredita em uma cultura da igualdade, mas que enfatiza e valoriza as diferenças, este é o caldo em que também as organizações públicas estão imersas. (LEVY, 1996, p.41).

A modernização do Estado e a formação e capacitação de recursos humanos são temas da agenda da atualidade. A realidade aponta para a necessidade de formar servidores capazes de enfrentar os constantes desafios que lhes são impostos, dando um novo rumo à prestação de serviços públicos aos cidadãos.

Neste contexto, foi criado o Curso Superior de Administração Pública (CSAP) da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. O CSAP é o único curso do país orientado para a formação de profissionais que integrarão, após formados, uma carreira no Serviço Público Estadual: a de Administradores Públicos do Poder Executivo. Assim, o candidato aprovado em Concurso Vestibular para o Curso Superior de Administração Pública conta com a garantia de, ao terminar o curso, ser nomeado para a classe inicial da carreira, sendo designado para atuar em secretarias do Estado ou órgãos da Administração direta, fundações e autarquias em todo o Estado.

Vale destacar o cenário adverso em que se deu a iniciativa da criação do CSAP. De certo modo, o curso foi lançado em um ambiente cuja preocupação central não consistia em melhorar o aparato governamental. Ao contrário, os esforços estavam direcionados para a redução do papel e do tamanho do estado, em detrimento de uma política voltada para a qualidade da ação governamental. E o CSAP, sendo um projeto com vistas a equipar o Estado de servidores bem formados para desempenhar de maneira eficiente suas atribuições e modernizá-lo, não se enquadrava nesta perspectiva.

Participando da coordenação de cursos da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, a pesquisadora deparou-se com algumas questões relacionadas ao CSAP:

- Quais são os motivos que levam os alunos a procurar este curso?

- Qual a visão que os alunos do CSAP tinham e têm hoje do mundo do trabalho e, especialmente, do serviço público?

- De que forma a inserção neste curso e no mundo do trabalho influencia a construção da identidade desses alunos?

- Qual é a importância da garantia de emprego para os sujeitos?

Em busca de respostas para as questões levantadas acima, realizou-se uma pesquisa qualitativa – um estudo de caso, utilizando-se entrevistas semi-estruturadas, às quais foram submetidos os alunos do CSAP. Os dados colhidos foram interpretados mediante análise de conteúdo e o relatório final constituiu a dissertação de Mestrado de uma das autoras. Este texto,

que sintetiza os resultados da pesquisa realizada, pretende contribuir para uma melhor compreensão das questões levantadas e discutir a oferta do referido curso como política pública do Estado de Minas Gerais.

O CSAP no quadro da Reforma do Estado

Para compreendermos o tema estudado, não poderíamos deixar de abordar a Reforma do Estado, que remete à crise do Estado e está diretamente relacionada com o CSAP, que é uma tentativa de atingir uma das diretrizes desta reforma: a formação e a capacitação de servidores para atuarem na modernização administrativa do aparato estatal.

Segundo Carneiro (2002, p.10),

> *a crise que se instaura no capitalismo – cujos contornos começam a se delinear nos anos 60 – vai ser percebida como a crise do Estado e do padrão de intervenção na economia.*

Este autor aponta duas maneiras para lidar com a questão. A primeira diz respeito ao estrangulamento dos mecanismos de financiamento do gasto público, enfatizando o descompasso estrutural entre aquilo que o Estado se propõe a fazer e sua efetiva capacidade de implementação. A segunda destaca o crescimento excessivo das funções e atividades desempenhadas pelo Estado. Verifica-se que as duas abordagens denunciam que a presença ostensiva do Poder Público na regulação das relações socioeconômicas e na provisão direta de bens e serviços provocariam ineficiência nos processos alocativos e distributivos das sociedade, comprometendo os resultados alcançados.

Desta forma, percebe-se que em ambos os casos a saída passa pela redução do papel e das funções do Estado, com vistas ao resgate e valorização deste papel na formulação e na condução das políticas públicas.

A crise do Estado brasileiro, embora presente desde os anos de 1970, somente se tornou evidente na segunda metade dos anos 1980. No entender de Pereira (1996), esta crise se define como de natureza fiscal, caracterizada pela perda do crédito público e por uma poupança pública negativa. Define-se, também, segundo o modo de intervenção do Estado, como de esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações, bem-sucedido em promover a industrialização nos anos de 1930 a 1950; e segundo a forma burocrática pela qual o Estado é administrado.

No Brasil, em decorrência do modelo de desenvolvimento adotado, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou a gradativa deterioração dos serviços públicos e o agravamento da crise fiscal. A redefinição do papel do Estado passa pelo fortalecimento de sua função de promotor e regulador do desenvolvimento econômico e social, deixando de ser o responsável direto por esse desenvolvimento. (BRASIL, 1995).

A velocidade das mudanças da sociedade atual exige que se repense o papel do Estado, especialmente a partir de um contexto fortemente marcado pelos avanços tecnológicos, que envolvem questões como agilidade, rapidez, flexibilidade,

competitividade e, principalmente, qualidade nos serviços e produtos. Isto significa, sem dúvida, um novo Estado, com novos valores e serviços, com novos servidores públicos e com um novo modelo de gestão.

Em 1995, é apresentado à Nação o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (PDRAE), uma proposta que tenta inovar o modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro. Em outras palavras, o PDRAE pretendia ser o eixo norteador da reforma, com o objetivo central de tornar o Estado menos executor e prestador de serviços diretos e mais coordenador e regulador dessas atividades. (BRASIL,1995).

A discussão sobre uma capacitação de recursos humanos orientada para a Reforma do Estado ocupa lugar de extrema relevância no cenário atual. A Escola de Governo (EG) da Fundação João Pinheiro (FJP) – criada pela Lei Estadual n.10961, de 14 de dezembro de 1992, e implementada a partir de 1994 – entra em cena exatamente num momento importante para o Estado de Minas Gerais. Desde a década de 1980 já havia a necessidade premente de uma reforma que modificasse os paradigmas de desenvolvimento do Estado e a cultura do serviço público. Nos anos de 1990, é ressaltada a profissionalização dos servidores como ação fundamental para a implementação da nova Administração Pública. A EG/FJP atua no fortalecimento do corpo de servidores públicos, tendo a missão de contribuir para a construção de uma administração pública moderna e profissionalizada através da qualificação e instrumentalização de seu corpo de funcionários.

Nesta perspectiva, o Curso Superior de Administração Pública (CSAP), destina-se à qualificação de administradores públicos do Estado de Minas Gerais – Poder Executivo, sendo "instituído com o propósito de constituir-se em instrumento estratégico para a modernização do serviço público." (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1999 b, p.7).

Vale realçar algumas peculiaridades com relação ao CSAP. O *status* de concurso público sustentado pelo curso é um diferencial fundamental com relação à maioria dos cursos de graduação. O candidato que se inscreve no vestibular da EG/FJP estará, simultaneamente, inscrevendo-se num concurso público composto de duas etapas, sendo a primeira contemplando a classificação dentro do número de vagas oferecidas; e a segunda, a conclusão do CSAP, respeitados os requisitos especificados no edital do vestibular. Trata-se do único vestibular de Administração Pública no país com *status* de concurso público, pois os alunos, após a conclusão do curso, ingressam automaticamente nos quadros da carreira de administrador público I, na administração direta do Estado de Minas Gerais. O ensino é gratuito e os alunos recebem bolsa de estudo no valor de um salário mínimo para dedicação integral ao curso, conforme disposições legais, se não forem funcionários públicos; se forem, continuam com direito aos vencimentos.

O egresso do CSAP é um profissional capaz de atuar nas diferentes áreas da máquina estatal, exercendo funções de direção, coordenação e supervisão, todavia sem as contingências dos cargos em comissão, nos quais seus ocupantes podem ser exonerados a qualquer momento.

A metodologia de pesquisa utilizada

O presente estudo teve como objetivo geral avaliar a articulação entre identidade, trabalho e emprego, tomando como sujeitos os alunos de um curso que vincula formação profissional a garantia de emprego.

De maneira mais específica, buscou-se:

- identificar os motivos pelos quais os alunos procuraram pelo Curso Superior de Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro;

- analisar a articulação entre identidade e trabalho, entre identidade e emprego e entre trabalho e emprego; e

- analisar a importância da garantia de emprego no setor público para construção da identidade.

A abordagem metodológica escolhida foi o estudo de caso, que, de acordo com Gil (1996), caracteriza-se pelo estudo profundo e exaustivo de um fenômeno, além de levar em consideração os seguintes aspectos:

a) especificidade do fenômeno estudado, já que são raros os cursos que apresentam as características do CSAP;

b) escassez de elementos para comporem uma amostra que permita aprofundar o estudo pretendido;

c) ênfase na totalidade, possibilitando focalizar a multiplicidade de dimensões de um problema.

O universo pesquisado foi composto por todos os alunos do CSAP da EG/FJP no período de 1997 a 2001. Este universo é constituído de 146 alunos, distribuídos de acordo com a tabela 1.

Tabela I
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2001 NO CURSO SUPERIOR ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (CSAP) POR ANO DE INGRESSO – BELO HORIZONTE – 1997-2001

Ano de Ingresso	Número de Alunos Matriculados em 2001	Número de Entrevistados
1997	5	2
1998	34	11
1999	33	11
2000	37	12
2001	37	12
Total	**146**	**48**

Para se estudar parte (amostra) de um todo (universo), com o objetivo de torná-la representativa, optou-se por uma amostragem aleatória simples, subdividida em cinco estratos (anos de entrada no curso) para se contemplar os alunos de todas as turmas do CSAP. A amostra correspondeu a um nível de confiança de 90%, com previsão de erro da ordem de 10%. Considera-se que este nível de confiança e erro de amostragem tem representatividade, na medida em que se trata de uma pesquisa qualitativa cuja informação não atende à precisão cartesiana. Para as questões que se deseja investigar não cabe a precisão das respostas que se espera em uma pesquisa na área das ciências exatas.

A estratégia metodológica escolhida — o estudo de caso — teve como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas. Os sujeitos entrevistados não foram identificados e foram tratados com códigos. A utilização deste instrumento pretendeu assegurar o surgimento de um discurso "livre" e "sem censura." Além disso, possibilita a obtenção de dados em profundidade e de manifestações afetivas.

A entrevista abordou questões que estavam diretamente relacionadas com os objetivos da pesquisa, tais como: motivos que levaram os alunos a procurarem o CSAP; mutações que acompanham o curso; concepção de serviço público antes e depois do ingresso no CSAP; e significado de "trabalho" e de "emprego" para os alunos.

Após a realização das entrevistas, partiu-se para o tratamento dos dados por meio da análise de conteúdo. Os depoimentos foram transcritos pela pesquisadora, com a autorização prévia dos entrevistados, técnica que permitiu assinalar e conjugar comportamentos não verbais com o conteúdo expresso verbalmente.

A interpretação das entrevistas foi feita mediante a análise de conteúdo, por meio da qual foi atribuída relevância aos comentários diretos extraídos das entrevistas, considerando-se as palavras empregadas e os seus significados, o contexto em que foram colocadas as idéias, a freqüência e extensão dos comentários e a especificidade das respostas.

Conforme destaca Bardin (1977, p.38), a análise de conteúdo pode ser definida "como um conjunto de técnicas de análise as comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens." Assim, ela se constitui numa ferramenta eficaz para o processamento de dados, pois possibilita ao pesquisador, captar o sentido simbólico de uma mensagem e compreender seus vários significados. Enfim, este método permite trabalhar as informações e dados que não se mostram explícitos a partir das falas dos entrevistados.

Na tentativa de estabelecer algumas considerações sobre os resultados e implicações da pesquisa realizada, com base no referencial teórico utilizado e na análise e interpretação dos dados colhidos nos depoimentos dos entrevistados, deparamo-nos com realidades ambivalentes, controversas, instigantes e provocativas, mas nem sempre de fácil explicação. Além disso, tornou-se possível, com base na interpretação dos resultados, inferir a avaliação que os alunos fazem do Curso de Administração Pública da FJP e realizar uma análise crítica da política de formação de pessoal que ele representa no Estado de Minas Gerais.

A interpretação dos resultados

Com base na análise de conteúdo das entrevistas, buscou-se responder às questões que deram origem à pesquisa.

Com relação aos motivos da escolha profissional, verificamos que a maior parcela dos entrevistados procurou o CSAP principalmente por questões de estabilidade e segurança, conferindo grande valor à estabilidade da carreira pública. Em um país em crise, como é o caso do Brasil, a garantia de ingresso no mundo laboral constitui um importante atrativo. Graduar-se em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro significa emprego garantido. A aprovação no vestibular do referido curso já cumpre a primeira etapa de um concurso público. Depois de formado, o egresso será nomeado para trabalhar em um órgão da administração direta ou indireta do Estado. Em que pese a dupla vantagem para o aluno – admitido no curso e no serviço público –, deve-se considerar a força deste duplo vínculo como determinante na escolha. Por outro lado, não poderíamos deixar de mencionar a qualidade do curso e a influência familiar, que também influenciaram na escolha pelo CSAP.

Este estudo também nos revelou que a visão de mundo e, especialmente, de mundo do trabalho da maioria dos entrevistados sofreu mudanças; verificou-se que a percepção da realidade tornou-se consideravelmente mais crítica. Os alunos passaram a compreender melhor a função do Estado e a sua responsabilidade enquanto cidadãos e futuros servidores públicos. Em muitos casos, na ocasião da entrada no CSAP, eles não tinham idéia do que era o Estado e o próprio curso, sabendo apenas que estavam ingressando em um curso que lhes daria um emprego após formados.

Quanto à imagem do serviço público, apuramos que também se modificou a partir do ingresso no curso. Os entrevistados começaram a identificar aspectos positivos no setor público, antes carregado de preconceitos. Em geral, percebiam o servidor público como um profissional bem remunerado, incompetente e improdutivo. O contato com os servidores da Fundação João Pinheiro influenciou essa mudança de percepção, assim como os conhecimentos adquiridos no curso.

Um aspecto relevante de nossa análise refere-se à valorização profissional e salarial do administrador público. Muitos alunos consideram a falta de regulamentação da carreira do administrador público, a ausência de uma política remuneratória e a utilização inadequada do potencial de trabalho formado pela Fundação João Pinheiro, os principais problemas por eles enfrentados e os fatores responsáveis pela evasão dos administradores públicos. Partimos do pressuposto de que um serviço público de qualidade requer uma política de recursos humanos compatível, não podendo prescindir de mecanismos que incentivem o aprimoramento do servidor e ofereçam uma remuneração apropriada para atrair e manter pessoal de bom nível.

Outro ponto avaliado foi a relação entre identidade, trabalho e emprego. De acordo com Moura (1998, p. 130), na sociedade capitalista o trabalho passou a

identificar-se com a própria personalidade, expressando uma dimensão fundamental da existência humana. "É um referencial da dignidade, do valor e da participação social do ser humano [...]". Coincidindo com esta afirmação, verificamos que a maioria dos entrevistados considera o trabalho referência fundamental para o ser humano e essencial para a sua inserção social, uma vez que o sujeito só é reconhecido caso produza.

Os depoimentos dos alunos, apesar de fundamentados no senso comum, coincidem com os conceitos emitidos por autores como Codo (1997, p.25), que definem o trabalho como "uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza" e Moura (1998) segundo o qual o trabalho é mais do que uma fonte criadora de riqueza; possui um valor intrínseco, expressando muito da essência do ser humano (o *homo faber*). Percebe-se, pois, o trabalho como categoria central para os entrevistados, que o consideram mais do que um meio de ganhar a vida, mas principalmente, uma fonte de identificação e auto-realização.

Lima (1986) enfatiza que em nossa cultura o trabalho representa um valor moral, que é repassado ao indivíduo que o executa. O indivíduo que se dedica mais intensamente e de forma mais disciplinada ao trabalho é mais valorizado socialmente. O trabalho é um valor em si mesmo, independentemente do seu conteúdo, dos seus objetivos e do prazer que proporciona a quem o executa.

Na sociedade moderna, o trabalho é muito mais que uma simples mercadoria. Trata-se, sobretudo de uma condição fundamental de acesso à dignidade e à cidadania. Desse modo, para muitos alunos, o trabalho representa a independência individual e um status social, estando associado às perspectivas de progresso e de desenvolvimento pessoal.

Também Jacques (1997) enfatiza que na vida adulta a inserção no mundo concreto do trabalho significa a continuidade de uma vida "adaptada" e um atributo de valor em uma sociedade pautada pelo fator produtivo. Em outras palavras, segurança socioeconômica e auto-estima.

Codo (1997) observa que o trabalho é uma atividade humana por excelência e, enquanto atividade criadora e de transformação, modifica não apenas o mundo, mas também o homem que o executa. O trabalho enriquece o homem, que se reconhece através dele. Portanto, o trabalho está ligado à identidade e ao reconhecimento social, conforme foi confirmado pelo discurso dos alunos do CSAP quando respondem à pergunta "Quem é você?". De modo geral, os alunos respondiam a esta pergunta referindo-se à atividade laboral que exercem ou para a qual estão se preparando.

De acordo com Ciampa (1984), esta resposta é uma representação da identidade, o resultado de uma articulação entre a identidade pressuposta (derivada, por exemplo, do papel social), da ação do indivíduo e das relações nas quais está envolvido concretamente.

> *O conhecimeto de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.*

Os depoimentos dos alunos denotam sintonia com as considerações de Ciampa (1984) que compreende a construção da identidade enquanto um processo permanente e relacional, uma vez que o indivíduo experimenta ao longo de toda a vida um contínuo processo de construção e reconstrução de sua identidade.

Outra indagação que possuíamos era relativa à importância da garantia de emprego para os sujeitos. Neste caso, verificou-se, com base em diversos depoimentos, que em nossa sociedade o trabalho que oferece segurança ao trabalhador é aquele que se associa ao contrato e ao salário; logo, é o emprego. Assim, podemos inferir que o CSAP se apresenta como referência para a identidade precisamente porque o curso está associado à garantia de emprego e representa oportunidade para o aluno ingressar no mundo do trabalho. É importante chamar a atenção para o fato de o trabalho ser considerado como algo necessário à sobrevivência; por isto, o salário ocupa posição essencial na concepção de muitos entrevistados.

Embora no cenário atual a categoria trabalho seja considerada diferente de emprego, para os entrevistados emprego é sinônimo de trabalho. Pode-se dizer então que o que está se modificando são as condições em que o trabalho tem sido oferecido. O trabalho existe e precisa ser feito. Contudo, a tendência é contratar as pessoas para executarem uma tarefa condicionada a resultados, não sendo mais contratadas para um determinado cargo ou função.

Analisadas as respostas obtidas em relação às indagações colocadas como problematização para esta pesquisa, passamos, a título de conclusão, a proceder a algumas reflexões acerca dos resultados obtidos e de uma avaliação tanto do Curso Superior de Administração Pública quanto da formação de profissionais para a administração pública.

Reflexões a partir dos resultados

Esta pesquisa, realizada no âmbito da Psicologia Social, tomou a identidade do indivíduo enquanto um modo dinâmico a partir de suas relações sociais, onde o trabalho ocupa lugar central. Partimos do pressuposto de que a identidade se constrói de acordo com o lugar que o sujeito ocupa na produção, logo de acordo com o trabalho que realiza. Trata-se de um objeto histórico, inacabado e em constante transformação.

As revelações deste estudo encontram sintonia com as considerações de Antunes (2000, p.136-161) que tomam o trabalho como a atividade humana fundamental na constituição do ser social: o trabalho "está no centro do processo de humanização do homem, [...] momento fundante da própria subjetividade humana". Assim, o trabalho possui papel central enquanto possibilidade de formulação de uma identidade.

Constatamos que, a despeito das transformações do mundo laboral, o emprego, enquanto representação do trabalho, permanece como aspiração e fonte de identificação por parte dos entrevistados. A inserção profissional é algo decisivo no processo de construção e reconstrução identitária dos sujeitos, sendo fundamental trabalhar, num contexto de crise em

que a possibilidade de se encontrar um emprego formal é cada vez menor.

Neste sentido, o Estado, através do CSAP, representa uma saída empregadora para os entrevistados, na medida em que lhes oferece um emprego público garantido, além de uma bolsa de estudos durante todo o curso. Arriscaria a dizer que o Estado é percebido pela maioria dos alunos como uma espécie de Deus, que traz em seu bojo o significado de proteção e segurança, assegurando-lhes emprego e os meios de sobrevivência num cenário em que mesmo as pessoas preparadas não conseguem trabalho. O curso, além de fornecer uma formação multivariada, assegura aos participantes uma identidade mais definida, já que lhes garante um lugar no mundo do trabalho.

De acordo com França (1993, p. 23), a entrada no serviço público marca um momento especialmente significativo na vida das pessoas a partir de uma identificação com uma profissão. Além disso, o serviço público é, na maioria das vezes, "o divisor de águas entre um passado instável [...] e um presente, sem dúvida alguma, muito mais seguro". Enfim, tornar-se um servidor público significa ser um trabalhador raramente demitido.

Neste momento, consideramos oportuno pensar sobre o fato de o Estado pagar para o aluno estudar em um contexto de crise. Enquanto no setor privado há uma exigência de qualificação profissional, cujo custo representa ônus para o trabalhador, na experiência analisada há o investimento do Estado na qualificação de seus futuros servidores. Ao lançarmos esse questionamento, pretendemos propor uma reflexão sobre a posição paternalista do Estado em um cenário onde a dívida pública é enorme e as demandas sociais são cada vez maiores. Sabemos o quanto é essencial investir na formação e capacitação dos servidores públicos num ambiente que exige funcionários qualificados e instrumentalizados para o adequado cumprimento de suas atribuições: "O investimento intensivo nos quadros do aparelho estatal é condição indispensável para o bom governo, que supõe a construção de uma interlocução madura e democrática com os diversos atores do processo político [...]" (VEIGA, 2001, p.13). O CSAP, em especial, consiste em uma iniciativa de dotar a burocracia estatal de profissionais com capacidade teórica e técnica para uma atuação efetiva no âmbito do Estado.

Embora o CSAP constitua uma experiência de excelência em termos de formação, uma tentativa de dotar os quadros da administração pública estadual de pessoal capacitado, trata-se de iniciativa desvinculada de uma política maior de recursos humanos públicos. Tem-se investido pesadamente na formação do administrador público, mas pouco se tem feito no que diz respeito à carreira e à avaliação do desempenho dos profissionais. Além disso, o planejamento estratégico de ações, a formulação de políticas públicas condizentes com as necessidades da população também exerceriam influência sobre a seleção e a qualificação dos administradores públicos. Parece-nos impossível, portanto, pensar a formação do profissional separada desses aspectos mais gerais.

Cabe então aqui refletir sobre a contrapartida desse investimento em formação profissional para o Estado. Apuramos que muitos alunos o avaliam como um desperdício de recursos financeiros, em função da evasão daqueles que vão em

busca de melhores oportunidades de trabalho e do descompasso entre a formação recebida no curso e as perspectivas de crescimento profissional e salarial. A possibilidade de se avançar na carreira de administrador público deveria ser compatível com os gastos que o Estado tem com a sua formação.

Discutir acerca do papel das escolas de governo nos dias de hoje certamente seria objeto de outra pesquisa. Contudo, não poderíamos deixar de mencionar a relevância da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, na medida em que qualquer projeto de reforma do Estado e da Administração Pública passa pela estruturação de um sistema de formação e capacitação dos servidores. Neste sentido, partilhamos com as considerações de Pacheco (2000) que diz que o foco principal da atuação das escolas de governo no cenário atual está em ajudar a promover as mudanças desejadas no setor público, preparando dirigentes e servidores para uma nova gestão, e não apenas formando futuros quadros, mas apoiando os atuais quadros dirigentes e técnicos para os novos desafios do setor público.

Diante do exposto, surge a questão de qual sujeito o CSAP forma. O curso, a despeito de preparar o aluno para uma profissão, a de Administrador Público, oferece uma formação pluralista, assegurando ao aluno um corpo amplo de conhecimentos, mediante a integração de diferentes saberes, e proporcionando a possibilidade de atuar na esfera do trabalho e da cidadania. Pretende-se formar um profissional de perfil inovador, voltado para a busca de resultados e dotado de competências técnicas e conhecimento específico no campo da Administração Pública para atuar frente aos desafios da atualidade.

Dentro dessa linha, Nogueira (1998) ressalta que o profissional da área pública, diferentemente do profissional da área privada, além de técnico precisa ser político. Em outros termos, precisa ser um profissional articulado e capaz de negociar com os mais diversos atores da sociedade.

A profissionalização do setor público merece destaque na agenda atual diante da velocidade e amplitude das transformações político-econômicas ocorridas nos últimos tempos, sendo até mesmo uma questão de sobrevivência institucional em um ambiente competitivo e de globalização econômica. A área pública reconhece a necessidade de promover mudanças, elevando seus níveis de eficiência e efetividade para atender às exigências da sociedade. Desse modo, a profissionalização do corpo de funcionários públicos torna-se inevitável para impulsionar as mudanças almejadas.

Os novos cenários apontam para uma educação voltada não apenas para uma profissão, e sim para uma formação mais ampla, que, sobretudo, desenvolva a capacidade de abstração, o exercício de discernimento e a capacidade de inovar e de tomar decisões. A multifuncionalidade passa a ser a exigência do momento, não sendo suficiente o mero adestramento em determinada profissão. Buscam-se pessoas polivalentes, sujeitos em confronto com os desafios impostos pela revolução tecnológica e pela globalização são obrigados a enfrentar constantes mudanças. A capacidade de lidar com o novo e com as incertezas incorpora-se à realidade atual do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, a formação deve integrar atributos técnicos, conhecimentos, habilidades e atitudes: "hoje, a formação integra aspec-

tos anteriormente separados, ou seja, os aspectos cognitivos e os relacionais [...]" (CARVALHO, 2000, p.10).

Questiona-se se o CSAP seria um curso voltado para a formação de uma elite de servidores públicos. Esta é uma questão para investigações futuras, considerando o grande número de candidatos por vaga e o alto nível dos aprovados no vestibular, assim como a qualidade do curso. No entanto, vale ainda realçar a alta demanda por funcionários públicos qualificados por parte do Estado.

Nesta perspectiva, partilhamos das ponderações de Levy (1996, p.48), que observa:

> *O Estado terá que, cada vez mais, articular atores sociais e políticos. Isto vai exigir que o servidor tenha uma grande capacidade de negociação com os cidadãos, com os grupos organizados, com outros níveis de governo [...].*

A análise de dados de nossa pesquisa nos remete a outra reflexão no sentido de questionarmos se essa estabilidade e segurança tão desejadas pelos entrevistados não está ligada aos resquícios de uma administração patrimonialista e ao clientelismo tão arraigado em nossa cultura política. Soma-se a isso o fato de o emprego público ser atraente, historicamente, em função de regalias que lhes são atribuídas. O Estado, muitas vezes, é visto como uma entidade acima da sociedade, tendo sido "transformado em um alvo para assaltos múltiplos e organizados: por interesses privados especiais, por setores de sua própria burocracia e por cliques constituídas dentro da classe política" (MARTINS, 1995, p.36).

Por fim, consideramos que a relevância deste estudo está centrada nas contribuições que dele podem advir, no sentido de ampliar o entendimento sobre a identidade na ótica do setor público. Constatamos ao longo desta análise que o conteúdo apurado oferece uma ampla perspectiva para futuras investigações que possam vir a enriquecer a prática do trabalho do servidor público e analisar sua identidade enquanto categoria profissional tão pouco pesquisada.

Recebido em: 09/05/2003
Aceito par publicação em: 09/10/2003

ABSTRACT

The evaluation of the relationship between idenity, labor and employment in a course addressed to form public managers

Immersed in an ever changing political, social, economic and technological, environment labor nowadays has to face salary depletion, wage reductions, precarious working conditions and informality. The objective of this paper is to summarize the relation between identity, work and employment. The subjects of this study were students courses that associated professional training to job. Guarantee It was carried out a qualitative research (case study) with semi-structure interviews. The theoretical framework was dialectic materialism in which work has a central role in human's life.

Keywords: *Identity – Labor – employment – Education – Psychology - Public administration.*

RESUMEN

Evaluación de la relación entre identidad, trabajo y empleo en un curso destinado a la formación de administradores públicos

Inmerso en un contexto repleto de cambios políticos, económicos, sociales y, sobretodo, tecnológicos, el mundo del trabajo se depara con cuestiones graves, como el debilitamiento del empleo formal, reducciones salariales, precariedad y informalidad del trabajo. Este artículo sintetiza un estudio que tuvo como objetivo evaluar la articulación entre identidad, trabajo y empleo, tomando como sujetos a los alumnos de un curso que vincula formación profesional la garantía de empleo. Fue realizada una pesquisa cualitativa -estudio de caso, con la realización de entrevistas semi-estructuradas. Los datos colectados fueron interpretados mediante el análisis de contenido, que permitió inferir la evaluación del universo de significados de los entrevistados. El referencial teórico se basó en la tesis del materialismo dialéctico, que defiende la centralidad del trabajo en la vida humana.

Palabras clave: Identidad – Trabajo – Empleo – Educación – Sicología - Administración pública.

Referências Bibliográficas

ABRUCCIO, Luiz Fernando. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD, 5., 2000, Venezuela. [Venezuela: CLAD, 2000].

AFONSO, Viviane. *Inserção e atuação dos egressos do Curso Superior de Administração Pública no poder executivo estadual:* uma análise do caso mineiro. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública) – Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?:* ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____ . *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boi Tempo, 2000.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade.* Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.* Brasília, DF, 1995.

CARMO, Paulo Sérgio do. *A ideologia do trabalho.* 2. ed. São Paulo: Moderna, 1992.

CARNEIRO, Ricardo. *A reforma do Estado e provisão de serviços públicos.* Belo Horizonte, [s. n.], 2002.

CARVALHO, Ricardo Alves de. *Considerações sobre os novos perfis profissionais.* 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Mimeografado.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social:* o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. p-58-75.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: TAMAYO, Álvaro; ANDRADE, Jairo E. B.; CODO, Wanderley (Org.). *Trabalho, organização e cultura.* São Paulo: Capital, 1997. p. 21-40.

_____ . O fazer e a consciência. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social:* o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 48-57.

_____ . Qualidade, participação e saúde mental: muitos impasses e algumas saídas para o trabalho no final do século. In: DAVEL, Eduardo; VASCONCELOS, João (Org.). *Recursos humanos e subjetividade.* Petrópolis: Vozes, 1996. p. 139-167.

_____ .; GATOZZI, Andréa Alessandra. Trabalho e afetividade. In: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação:* carinho e trabalho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 49-59.

_____ .; VASQUES-MENEZES, Ione. Educar, educador. In: CODO, Wanderley (Coord.). *Educação:* carinho e trabalho. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 37-47.

DINIZ, Eli. *Crise, reforma do estado e governabilidade.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração de Empresas,* Rio de Janeiro, v.24, n.4, p. 278-288, out./dez. 1984.

FRANÇA, Bárbara Heliodora. O *barnabé:* consciência política do pequeno funcionário público. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa epoca, v.17).

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem.* 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo. *Catálogo de curso da Escola de Governo.* Belo Horizonte, 1999.

_____ . Escola de Governo. *Estatuto da Escola de Governo.* Belo Horizonte, 1999.

FUNDAÇÃO João Pinheiro: economia, administração, tecnologia, Belo Horizonte, v.1, n.1,p.1, jan./mar. 1971.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, Íris Barbosa. A psicologia aplicada ao trabalho: tentativa de delimitação de seu campo na atualidade. In: GOULART, Íris Barbosa; SAMPAIO, Jader dos Reis (Org.). *Psicologia de trabalho e gestão de recursos humanos:* estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. p. 41-52.

_____ ; GUIMARÃES, Renata Fraga. Cenários contemporâneos do mundo do trabalho. In: GOULART, Íris Barbosa (Org.). *Psicologia organizacional e do trabalho:* teoria, pesquisa e temas correlatos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 17-36.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia.* Petrópolis: Vozes, 1999.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, Álvaro; ANDRADE, Jairo E.B.; CODO, Wanderley (Org.). *Trabalho, organização e cultura.* São Paulo: Capital, 1997. p. 41-47.

JACQUES, Maria da Graça C. et al. *Psicologia social contemporânea.* Petrópolis: Vozes, 1998.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). *Revista de Administração de Empresas,* Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 41-48, mar./jul. 1994.

LANE, Silvia T. M .A psicologia social e uma nova concepção de homem para psicologia. In: _____ ; CODO, Wanderley (Org.). *Psicologia social:* o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 11-19.

LEVY, Evelyn. *Desenvolvimento de pessoas como estratégia para a qualidade no serviço público.* Brasília: ENAP, MARE, 1996.

LIEDKE, Elida. Trabalho. In: CATANNI, Antônio David. *Trabalho e tecnologia:* dicionário crítico. Petrópolis: Vozes. 1997. p. 268-274.

LIMA, Maria Elisabeth Antunes. *O significado do trabalho humano:* mitos e ilusões do homem moderno. 1986. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

MARTINS, Luciano. *Reforma da administração pública e cultura política no Brasil:* uma visão geral. Brasília: ENAP, 1995. (Cadernos ENAP, n.8)

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho.* São Paulo: Scrita, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOURA, Paulo C. *A crise do emprego:* uma visão além da economia. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Sobre o Estado e o gestor público que se necessita.* Araraquara: [s.n.],1998.

OFFE, Claus. Trabalho: a categoria – chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* São Paulo, v. 4 , n. 10, p. 5-20, jun. 1989.

PACHECO, Regina Silva. Escolas de Governo: tendências e desafios. ENAP: Brasil em perspectiva comparada. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD, 5., 2000, Venezuela. *Anais...* [Venezuela; CLAD, 2000].

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Servidor Público,* Brasília, ano 47, v.120, n.1, p. 7-39, ago. 1996.

_____ . Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto... *Revista do Servidor Público,* Brasília, DF, ano 53, n.1, p. 5-24, jan./mar. 2002.

_____ ; MARAVALL, José Maria; PREZEWORSKI, Adam. Introdução. In: _____ . *Reformas econômicas em democracias novas.* São Paulo: Prol, 1993. p. 13-25.

PETRUCCI, Vera Lúcia et al. *Escolas de Governo e profissionalização do funcionalismo.* Brasília: ENAP, 1995.

PINHO, José Antônio Gomes de. *Patrimonialismo, burocracia e gerencialismo:* um "mix" possível? [Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, NPGA, 199-]. Disponível em: < http:www.fea.usp.br//fea/reforma/textos.html>. Acesso em: 2 maio 2002.

POCHMANN, Márcio. *Trabalho sob o fogo cruzado:* exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Administração e contexto brasileiro:* esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

RAMOS, Marcelo de Matos. Fundamentos para uma política de carreiras no contexto da reforma gerencial. *Revista do Serviço Público,* Brasília, DF, ano 49, n. 39, p.30-56, jul./ago. 1998.

SINGER, Paul. A crise das relações do trabalho. In: NABUCO, M. Regina ; CARVALHO NETO , Antônio (Org.). *Relações de trabalho contemporâneo.* Belo Horizonte: Sociedade Editora e Gráfica de Ação Comunitária, 1999. p. 31-45.

THIOLLENT, Michel. O processo de entrevista. In: _____ . *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.* São Paulo: Pólis, 1983.

VEIGA, Laura da. *Administração pública e a formação dos profissionais em políticas sociais:* a experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD, 6.,2001, Buenos Aires. *Anais...* [Buenos Aires: CLAD, 2001].

_____ .; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Modelos de formação do servidor público: desafios e avanços da experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD,4.,1999, México. *Anais...* [México: CLAD, 1999].

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). *A nova ordem internacional e a terceira revolução industrial.* Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.

_____. *Desenvolvimento, tecnologia e governabilidade.* São Paulo: Nobel, 1994.

Correspondência:
claudiab@fjp.gov.br